

Universidade Federal de Sergipe

Novembro de 2014

RADAR Nº 6: A EXPANSÃO DA UFS E O DESAFIO DA BUSCA PELA EFICIÊNCIA ACADÊMICA



PROPLAN

Pró-Reitoria de Planejamento

Novembro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli

Reitor

Prof. Dr. André Maurício de Souza Conceição

Vice-Reitor

Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

Pró-Reitor de Planejamento

Equipe técnica:

Andreza Cristina do Carmo Menezes

Saulo Santos Bomfim

Anicleide Pereira da Silva

Divisão de Avaliação e Monitoramento Institucional - DIAVI

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira

Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica - COPAC

A EXPANSÃO DA UFS E O DESAFIO DA BUSCA PELA EFICIÊNCIA ACADÊMICA

INTRODUÇÃO

O rápido e intenso período de expansão universitária vivido na UFS, no transcurso da última década, impõe agora a contrapartida da busca pela eficiência acadêmica. A repartição dos recursos públicos entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é realizada pelo Ministério da Educação, com base em um conjunto de indicadores originados principalmente de fontes como Censo Educacional (CESUP) e Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (Matriz OCC), utilizada pelo MEC para distribuir recursos financeiros entre as IES públicas, é composta em 80% pelos alunos equivalentes e 20% pelo índice de qualidade e produtividade.

No cômputo dos alunos equivalentes são considerados também os alunos do mestrado, doutorado e residência médica. Entretanto, dado o peso maior ser dos alunos da graduação, este relatório tratará exclusivamente do aluno equivalente da graduação.

O objetivo deste documento é, portanto, apresentar de forma resumida os procedimentos de cálculo do aluno equivalente da graduação e discutir a temática da retenção acadêmica a partir de dois indicadores importantes, mas até então pouco utilizados na gestão acadêmica, quais sejam: o índice de regularidade (Ireg) e o índice de eficiência em carga horária (Iecg). Os dados utilizados são os microdados da UFS, em formato *.csv e depois convertidos para o formato *.dta, através do programa estatístico STATA SE, versão 12.

O presente relatório está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta de forma sintética o cálculo do aluno equivalente, enfatizando a importância do estágio do curso (se novo ou consolidado) e, principalmente, a relação entre ingressantes e concluintes na composição do aluno equivalente para os cursos com mais de 10 anos (ou consolidados). Ainda nesse tópico, discute os possíveis efeitos que a transição que os cursos novos farão para o estágio de curso consolidado terá sobre o total de alunos equivalentes. Esta análise prognóstica é fundamental uma vez que, como já dito, parte substantiva dos recursos de capital e custeio são repartidos em função do número de alunos equivalentes.

O segundo tópico utiliza o índice de regularidade e o índice de eficiência em carga horária para avaliar, ainda que resumidamente, os principais diferenciais no desempenho dos alunos por campi ou centro, segundo cota de ingresso na UFS e turno do curso. Os resultados chamam atenção por não confirmarem argumentos que atribuem aos ingressantes por cotas de escolas públicas, negros, pardos e indígenas, baixo

rendimento. Ao contrário! O leitor poderá comprovar, portanto, que a Universidade não pode ser entendida de forma genérica e os argumentos sobre o rendimento acadêmico necessitam de qualificação conceitual, teórica e, nos termos deste relatório, quantitativa.

A terceira parte pretende iniciar um diálogo com os Núcleos Docentes Estruturantes e reafirma a importância acadêmico-institucional desses grupos na gestão universitária. O fortalecimento desses núcleos deve ser entendido como prioridade dentro dos departamentos e centros, cabendo às instâncias superiores apoiar e sustentar a atuação precisa dos NDE.

1 O ALUNO EQUIVALENTE

O número de alunos equivalentes é essencialmente a conversão do número de alunos ingressantes e concluintes em estudantes em tempo integral. Dadas as especificidades de cada curso, como tempo de duração, taxa de retenção, localização (se na sede ou fora) e o turno, são aplicados coeficientes e bônus para tornar os cursos comparáveis entre si (MEC - Portaria Normativa 651, de 14 de julho de 2013), conforme abaixo.

Para os cursos já consolidados, ou seja, com mais de 10 anos de funcionamento:

$$Nfte(g) = \left\{ [N_{di} * (1 + R)] + \left[\frac{N_i - N_{di}}{4} \right] \right\} * D * BT * BFS * PG, \text{ onde} \quad (1)$$

$Nfte(g)$ = Número de alunos equivalentes na graduação;

N_{di} = Número de diplomados

D = Duração média do curso

R = Coeficiente de retenção

N_i = Número de ingressantes

BT = Bônus por turno

BFS = Bônus por curso fora da sede

PG = Peso do grupo

NMR = Número de alunos matriculados no ano de referência

Para os cursos novos, com menos de 10 anos, o cálculo é feito a partir de:

$$Nfte(g_novos) = NMR * BT * BFS * PG \quad (2)$$

O coeficiente de retenção (R) refere-se ao tempo estimado de permanência do aluno além da duração do curso. Esse coeficiente é utilizado para “compensar” em termos de alunos equivalentes os diferenciais de retenção entre cursos. Por exemplo, para os cursos das Ciências Exatas e da Terra o fator de retenção é de 0,1325; já nos cursos de Medicina, o fator é aproximadamente a metade, 0,065.

O coeficiente de duração média do curso também visa compensar os diferenciais de duração, uma vez que permanência mais prolongada exige mais recursos. Assim, mantendo os mesmos exemplos acima, tem-se que a duração média de um curso de Exatas é de 4 anos, enquanto que Medicina, 6 anos.

O peso do grupo é outro coeficiente que busca compensar diferenciais quanto à manutenção dos cursos, sobretudo referente à presença de laboratórios, oficinas, etc. Assim, um curso na área de Ciências Exatas – Computação tem peso 2, enquanto que Medicina tem peso 4,5.

Os cursos com funcionamento noturno e aqueles que funcionam fora da sede também recebem bonificações. Isto se justifica pelos gastos referentes ao consumo de energia, custos de deslocamento, de comunicação, dentre outros. Assim, os coeficientes são de 15% para os cursos noturnos e 10% para os fora da sede.

De todos os parâmetros contidos nas equações 1 e 2, apenas o número de diplomados (N_{di}) e de ingressantes (N_i) são observados, ou seja, derivam efetivamente do desempenho acadêmico de cada IFES. Os demais são estabelecidos oficialmente, conforme anexo. O que de fato essas equações mostram é a forma como os cursos são financiados: Conforme as equações acima, os cursos já consolidados são financiados pela relação entre os ingressantes e diplomados, enquanto que os cursos novos são financiados apenas pelos matriculados. Mas, qual o impacto disto na matriz OCC da UFS? e o que isto significa para a UFS dado o recente crescimento do número de cursos? Vejamos o seguinte exemplo:

Admita um mesmo curso em duas situações. Na primeira, trata-se de um curso novo, cuja contribuição para a matriz OCC é derivada apenas do número de alunos matriculados. Na segunda situação, suponha que este mesmo curso esteja consolidado, ou por outra, que o número de alunos equivalentes resulte do volume de ingressantes e de diplomados.

$$Nfte(Estatística_Novo) = 239 * 1,15 * 1 * 1,5 = 412,3$$

$$Nfte(Estatística_cons) = \left\{ [10 * (1 + 0,1325)] + \left[\frac{79 - 10}{4} \right] \right\} * 4 * 1,15 * 1 * 1,5 = 197,17$$

Observe que, enquanto o aluno equivalente é definido apenas pelo número de matriculados, o resultado é 421,3 alunos. No entanto, quando o curso passa a ser consolidado, o número de alunos equivalentes é reduzido à metade. E o que significa isso? No primeiro momento, contribuição positiva para a matriz OCC; já no segundo momento, representa efeito negativo.

Essa diferença é especialmente refletida nas universidades que lograram expandir rapidamente o número de cursos de graduação e que ainda se encontrem na fase de consolidação (com menos de 10 anos de funcionamento).

A simulação acima mostra o impacto no número de alunos equivalentes gerado pela transição de cursos novos ao estágio de consolidado. Conforme dito, isto ocorre devido ao reduzido número de concluintes. Como se observa acima, nos cursos novos é considerado no cômputo do aluno equivalente apenas o quantitativo de matriculados; já nos cursos consolidados, o aluno equivalente é definido basicamente pelo número de ingressantes e de concluintes, ou seja, os matriculados não compõem o aluno equivalente dos cursos consolidados.

Mas qual é o peso dos ingressantes e dos concluintes? Qual a importância dos concluintes para o aluno equivalente? Responder a essas perguntas pode ajudar a definir os caminhos que o planejamento acadêmico pode seguir.

Com base na equação 1, façamos a seguinte simulação: Admita um curso de medicina fora da sede, como é o caso do Campus João Cardoso Nascimento Júnior (Campus de Aracaju), com apenas 1 ingressante e 1 concluinte, sendo os demais parâmetros estabelecidos pelo MEC/SESU, quais sejam: Duração Padrão= 6 anos, Bônus por Turno= Funcionamento Integral não recebe bônus; Bônus por se localizar fora da sede= 10% e Peso do Grupo=4,5.

$$Nfte(Medicina) = \{[N_{di} * (1 + 0,065)] + 0,25N_i - 0,25N_{di}\} * 6 * 1 * 1,1 * 4,5$$

$$Nfte(Medicina) = (0,25N_i + 0,815N_{di}) * 29,7$$

$$Nfte(Medicina) = 7,425N_i + 24,21N_{di}$$

O resultado acima mostra que o quociente entre o número de diplomados (24,21) e ingressantes (7,42) é 3,26, ou seja, 1 concluinte pesa 3,26 vezes mais que 1 ingressante.

Façamos outro exercício considerando a graduação em Ciências Contábeis, noturno e fora da sede. Os parâmetros são: Duração Padrão= 4 anos, Bônus por Turno= 15%; Bônus por se localizar fora da sede= 10% e Peso do Grupo=1,0.

$$Nfte(Contábeis) = \{[N_{di} * (1 + 0,10)] + 0,25N_i - 0,25N_{di}\} * 4 * 1,15 * 1,1 * 1$$

$$Nfte(Contábeis) = (0,25N_i + 0,85N_{di}) * 5,06$$

$$Nfte(Contábeis) = 1,265N_i + 4,301N_{di}$$

Desta vez, a razão entre o número de diplomados (4,301) e ingressantes (1,265) é 3,40. Da mesma forma, tem-se que o peso de um concluinte para o curso de contábeis é também cerca de três vezes maior que do ingressante¹.

Merece também destaque, ainda comparando os cursos de Medicina e Ciências Contábeis, os pesos exercidos pelos bônus atribuído segundo o turno, grupo, duração e localização. Note que um curso de Medicina exige mais investimentos em laboratórios, material de prática, dentre outros. Curso como de Contábeis, por sua vez, não requerem esse nível de investimento.

É necessário destacar, no entanto, que o nível de sucesso na graduação de medicina é naturalmente de 100%, ou seja, dado que o número de concluintes é quase sempre igual ao de ingressantes, o estoque de matriculados é sempre o mínimo. Por outro lado, cursos com menor taxa de sucesso tende a manter elevados estoques de matriculados que, de um lado, exigem menor investimento, mas, por outro, impõem custo de manutenção. Acrescente-se o fato de os matriculados em cursos consolidados não contribuírem na composição do aluno equivalente.

Os dados apresentados na tabela 1 ilustram, comparativamente duas das maiores universidades nordestinas, a influência do número de concluintes sobre o total de matriculados e alunos equivalentes. Observe que na UFS o total de ingressantes, em 2013, foi de 6,7 mil. Este volume é cerca de 1 mil alunos a menos que a UFRN e 344 alunos a menos que a UFPE. Por outro lado, o total de alunos concluintes na UFS foi de 1.992 mil, enquanto que na UFRN, 3.517, e na UFPE, 3.379 concluintes.

O reflexo direto do reduzido número de concluintes é, de fato, o aumento do estoque de matriculados. Prova disto é que a UFS possui apenas 384 alunos a menos que à UFRN, sendo que nesta, como já dito, o total de ingressantes é 1.030 alunos a mais que na UFS. O aumento do estoque de matriculados é, por sua vez, sintetizado na taxa de sucesso na graduação, obtida da razão entre o total de concluintes e de ingressantes. Observe, portanto, que na UFS a taxa de sucesso é 29,9%, enquanto que na UFRN é de 45,7% e na UFPE, 48,2%.

¹ Conforme apresentação do Prof. José Marcio Lima, no IV Encontro Nacional de Procuradores Educacionais Institucionais, em outubro de 2014.

Tabela 1 - Alunos Equivalentes calculados para a UFS, cursos novos e simulação de cursos novos passando a consolidados

IES	Ingressantes	Concluintes	Matriculados	Aluno equivalente na graduação	Índice de sucesso na graduação
UFS	6.669	1.992	23.938	35.180	29,9
UFRN	7.699	3.517	24.322	42.241	45,7
UFPE	7.013	3.379	27.209	41.273	48,2

Fonte: INEP/MEC - PROPLAN/COPAC, 2014

O primeiro passo para compreender o problema da baixa relação entre concluintes e matriculados é, descritivamente, classificar os cursos já consolidados segundo índice de sucesso na graduação. Os cursos com índice de sucesso inferior a 50% serão, portanto, objeto de interesse neste tópico². O gráfico 1 apresenta, com base na classificação acima, os cursos a partir dos quais podem ser iniciadas as atividades voltadas à melhoria do sucesso na graduação. Em geral, os cursos em melhor situação são Medicina, Odontologia, Enfermagem, Direito e Ciências Biológicas. Dentre aqueles com baixo sucesso estão cursos de Física, Matemática, Estatística, Ciências Econômicas e Artes Visuais. No gráfico 2, é possível quantificar o estoque de alunos matriculados nos cursos segundo a classificação de sucesso. Observe que, dos 12.472 matriculados em cursos consolidados, 8.207 alunos (64,3%) estão em cursos com baixo índice de sucesso.

Evidentemente que o deslocamento para baixo da separatriz de sucesso resultaria na diminuição de cursos e, por conseguinte, de alunos classificados como baixo índice de sucesso. A adoção de tal separatriz não encobre as diferenças entre os cursos do grupo de baixo sucesso. Ao contrário, põe em destaque o desafio que deve ser enfrentado por esses cursos e ressalta a importância das ações dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e colegiados na busca por soluções voltadas à melhoria da relação entre ingressante e concluinte.

² A UFS possui, com exceção dos cursos em fase de extinção, 50 cursos consolidados (com mais de 10 anos). O curso de Enfermagem (Campus Aracaju) é consolidado. No entanto foi excluído das análises por não possuir nenhum concluinte, em 2013, e apenas 7 ingressantes opção de curso. Daí as análises aqui realizadas consideram 49 cursos.

Gráfico 1 - Índice de sucesso na graduação de cursos consolidados - 2013

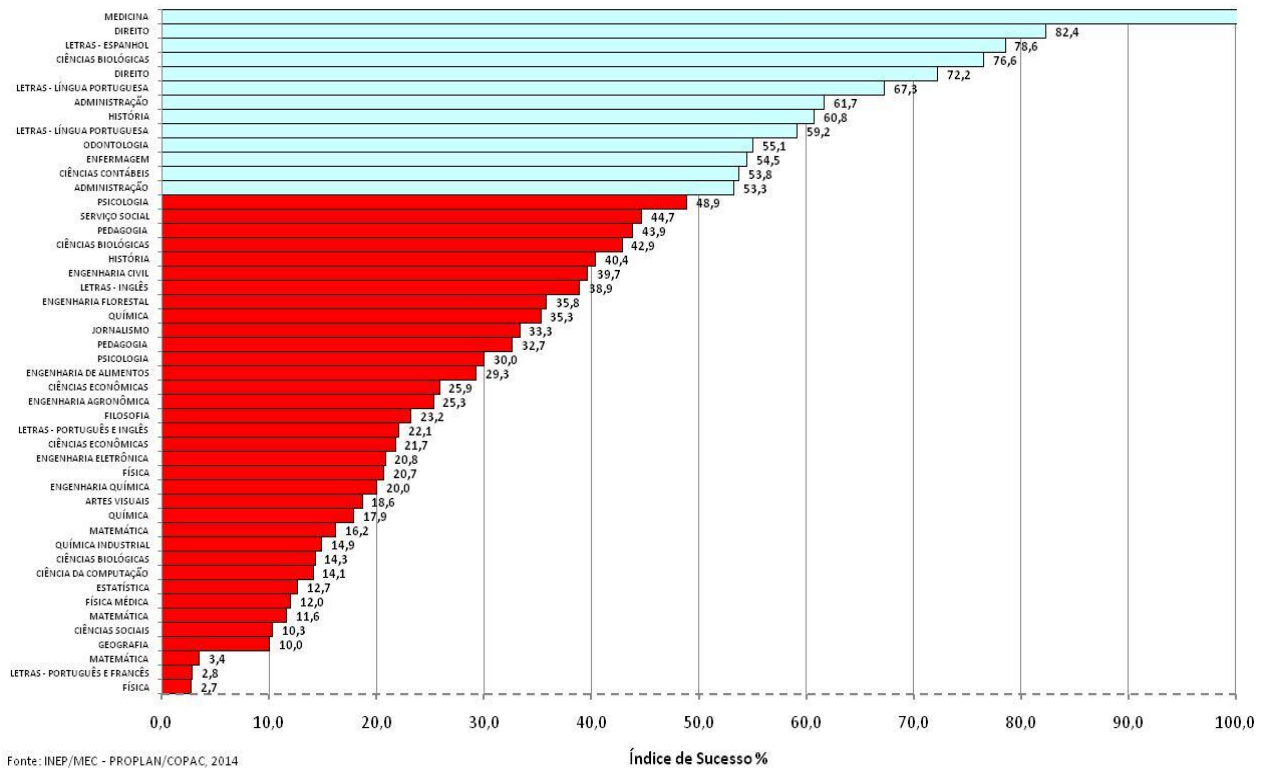
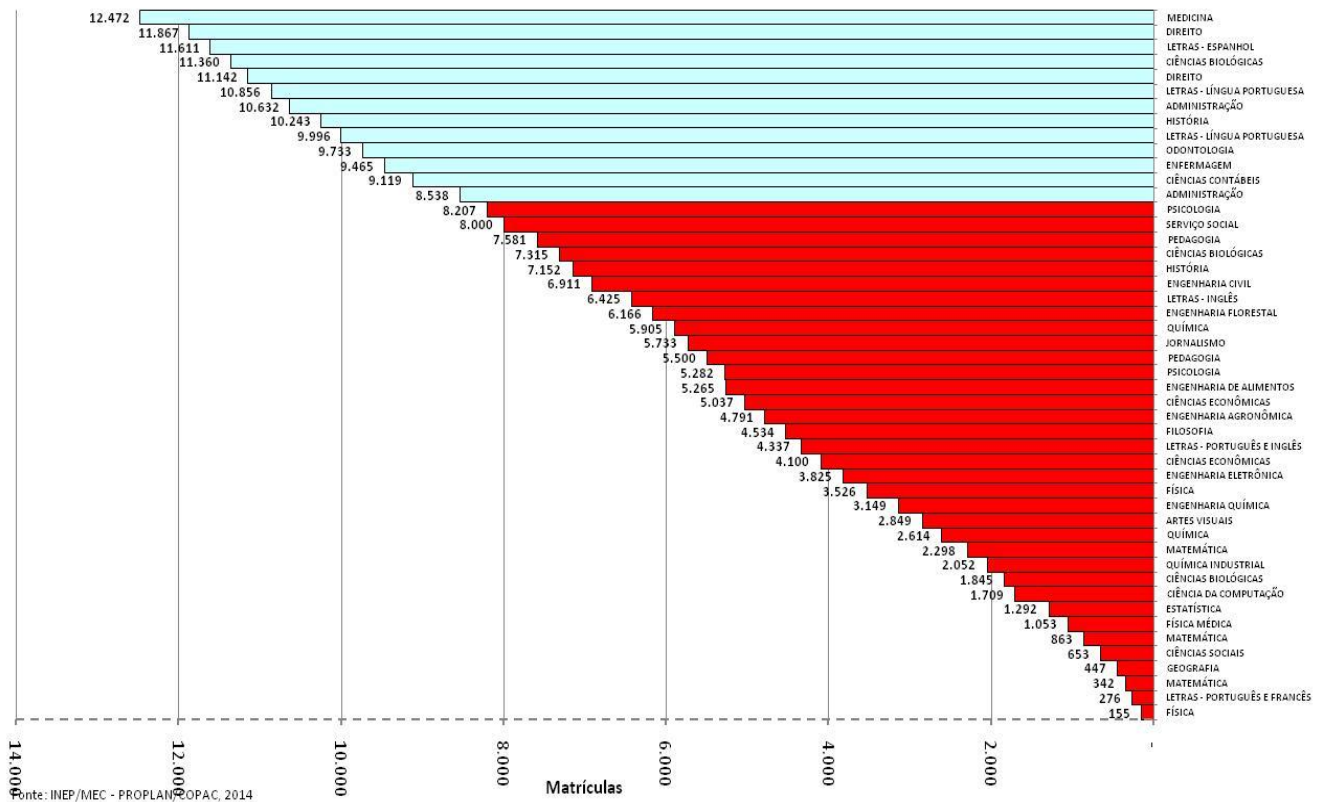


Gráfico 2 - Matrículas acumuladas por curso consolidado segundo Índice de sucesso na graduação - 2013



A melhoria no desempenho acadêmico é também necessária dadas as mudanças na composição do aluno equivalente que rápido processo de expansão de cursos e ingressantes irá impor na participação da UFS na matriz OCC.

A UFS possui, de acordo com o Censo do Ensino Superior 2013, 37 cursos com menos de 10 anos de funcionamento³. Nesses casos, como dito anteriormente, o número de alunos equivalentes é calculado considerando apenas o total de matriculados. Quando passa à condição de curso consolidado, consideram-se os ingressantes e concluintes. Dada a recente expansão do número de cursos e ingressantes na UFS, cabe investigar o possível o impacto no número de alunos equivalentes gerados pela transição desses cursos?

Para realizar essa simulação, e uma vez que não se conhece o número de concluintes futuros de cada curso, optou-se por utilizar o número médio de concluintes dos cursos consolidados ($\bar{x}=23$ alunos). Cabe ressaltar que essa média é uma sobrestimativa do número de concluintes, devido à baixa taxa de sucesso observada em cursos dessas áreas.

Considerando todos os cursos (novos ou consolidados), na tabela 2, a UFS possui, em 2013, 35.180 alunos equivalentes na graduação, sendo que os cursos novos respondem por 19.135 (54,4%). No transcorrer dos próximos 5 anos, se não for criado nenhum curso e satisfeitas as equações 1 e 2, o número de alunos equivalentes gerados por esses cursos será de 10.245, o que representa a redução de 8.890 alunos equivalentes. Uma vez que o número de concluintes está sobrestimado, pode-se dizer que essa redução apontada seja o limite inferior da perda potencial em alunos equivalentes prevista para os próximos anos, *ceteris paribus*.

Tabela 2 - Alunos Equivalentes calculados para a UFS, cursos novos e simulação de cursos novos passando a consolidados

Discriminação	Aluno Equivalente
UFS	35.180
Cursos Novos	19.135
Cursos Novos (Simulando consolidados)	10.245
Estimativa de redução no Aluno Equivalente	-8.890

Fonte: PROPLAN/COPAC, 2014

E o que isto significa? Dado que o aluno equivalente da graduação compõe parte dos critérios para distribuição das Outras Despesas Corrente e de Capital, a redução dos alunos equivalentes da UFS pode resultar em menor participação da UFS na repartição desses recursos. Evidentemente que nesta simulação não são considerados

³ As análises aqui realizadas estão baseadas nos dados oficiais produzidos pela PROPLAN/COPAC e enviados para o MEC. Os registros internos da COPAC, por serem atualizados constantemente, podem diferir daqueles publicados pelo CENSUP.

os comportamentos das demais IES, com também outros fatores externos e sobre os quais não há controle. Entretanto, os resultados acima sugerem a necessidade de retomar uma ampla discussão sobre desempenho e regras acadêmicas.

2 O DESEMPENHO ACADÊMICO NA UFS: O QUE NOS DIZEM O ÍNDICE DE REGULARIDADE E ÍNDICE DE EFICIÊNCIA EM CARGA HORÁRIA

2.1 A retenção na graduação: Entendendo o índice de regularidade (Ireg) e índice de eficiência em carga horária (Iech)

A melhoria do desempenho acadêmico pode ser abordada em dois momentos da vida do estudante. No plano pedagógico de cada curso de graduação autorizado ou reconhecido pelo MEC consta o prazo máximo de integralização. De acordo com ANDIFES (1996), a retenção do aluno ocorre quando ele esgota esse período máximo de integralização curricular fixado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), não conclui o curso e mantém matrícula na universidade.

Os dados da tabela 3 indicam claramente a necessidade de observância desses prazos máximos de integralização. Observe-se, por exemplo, o caso do aluno cujo ano máximo de conclusão foi 1993, mas que ainda estava matriculado na UFS, em 2014.

Tabela 3 - Alunos ativos em 2014, segundo ano de ingresso e ano máximo de conclusão para os cursos presenciais da UFS - 2013

Ano máximo de conclusão	Alunos ativos	Ano de Ingresso	Alunos ativos
1993	1	1984	1
1994	1	1985	3
1995	2	1988	1
1997	2	1990	3
1998	2	1991	2
1999	3	1992	5
2000	3	1993	3
2001	4	1994	4
2002	8	1995	7
2003	6	1996	12
2004	13	1997	6
2005	17	1998	16
2006	16	1999	23
2007	27	2000	28
2008	32	2001	28
2009	57	2002	52
2010	74	2003	55
2011	97	2004	70
2012	203		
2013	397		
Total	965	Total	319

Fonte: INEP/MEC - PROPLAN/COPAC, 2014

No total, são 965 alunos com prazo máximo de conclusão excedido e que devem receber atenção prioritária por parte dos respectivos departamentos e NDE, com vistas a fazer cumprir o projeto pedagógico de curso.

A retenção na UFS pode também ser observada considerando os alunos ativos em 2014, segundo ano de ingresso. São 319 alunos ativos com mais de 10 anos de vínculo com a Universidade. Há, por exemplo, 1 aluna que está vinculada à UFS há 30 anos.

Esses números mostram que o complexo problema da retenção pode ser parcialmente abordado e combatido fazendo-se cumprir, vale enfatizar, o plano pedagógico de cada curso. Em que pesem a autonomia universitária e as normas acadêmicas, é necessário que os cursos promovam ações que auxiliem esses alunos a concluírem seus cursos, principalmente devido à crescente visita de comissões de avaliação designadas pelo MEC para autorização de reconhecimento de cursos. O êxito dessas iniciativas, além de contribuir para o aumento do número de concluintes, ressaltaria aos avaliadores externos atuação do NDE e contribuiria para a eficiência do investimento na Educação. Afinal, não se pode conceber que recursos públicos sejam empenhados indefinidamente em aluno que ingressou na UFS, em 1985, e desde 1991 procede matrícula em disciplinas de estágio e reprova por faltas.

2.1.1 Uso do Índice de regularidade para acompanhamento do desempenho dos alunos

Um dos indicadores que podem ser utilizados pelos NDE e colegiados como instrumento de prevenção da retenção é o Índice de Regularidade (I_{REG}^4). Este indicador corresponde ao quociente entre a média dos créditos cursados pelo aluno a partir do seu ingresso na UFS no curso atual (CMA) e a média dos créditos que devem ser cursados para integralizar o currículo do curso no tempo padrão (CMP). Quanto mais próximo de 1, maiores as chances de o aluno egressar dentro do limite estabelecido pelo respectivo plano pedagógico de curso.

Para compreender melhor construção desse indicador, admita o seguinte exemplo: Um aluno que ingressou no Bacharelado de Serviço Social (Presencial) em 2014/1 e concluiu com êxito 5 disciplinas de 60 horas ou 4 créditos, perfazendo 20 créditos. De acordo com a estrutura curricular do curso⁵, devem ser cumpridos 214 créditos, divididos em 184 obrigatórios, 24 optativos e outros 6 complementares. A duração padrão do curso é de 10 anos, Então, o Índice de Regularidade é obtido a seguir:

$$I_{REG} = \frac{\frac{20}{4}}{\frac{214}{10}} = 0,935 \text{ ou } 93,5\%$$

⁴ Formalizando, tem-se que $I_{REG} = \frac{CMA}{CMC}$, onde CMA é o quociente entre a soma dos créditos cursados pelo aluno e o número de semestres letivos frequentados a partir do ingresso. Já o CMC é o quociente entre o total de créditos do curso e o número de períodos letivos do currículo padrão.

⁵ Acessado de < <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>>, em 17/11/2014.

Observe neste exemplo que, mesmo tendo cursado com êxito o primeiro período, concluindo cinco disciplinas, ainda assim o IREG não alcançou 1 ou 100%. Isto ocorreu porque o aluno poderia ter cursado mais de 20 créditos, sendo que o número mínimo para o curso é de 12 e o máximo, de 28. Caso houvesse cursado os 28 créditos, o Ireg seria de 1,308 ou 130,8%. Portanto, o Ireg pode assumir valores acima de 1 ou de 100%.

Conforme dito, o índice de regularidade é um instrumento gerencial que pode ser utilizado para monitorar as chances de retenção para cada aluno. Por outro lado, pode também ser utilizado para avaliar como esse fenômeno se distribui de forma agregada, seja por cursos, departamentos, diretorias e campi. Os dados a seguir serão apresentados por campi, sendo que nos anexos constam as informações por cursos.

As análises realizadas utilizaram os microdados dos alunos da UFS⁶, cujos filtros aplicados resultaram numa partição do banco de dados com 60.642 observações. Foram considerados os alunos ingressantes no ensino presencial, a partir de 2000, e que estavam com *status* ativo, em 18 de novembro de 2014. Foram excluídos os cursos Programa de Qualificação Docente, Cursos em extinção e cursos de "Educação no Campo".

A análise primeira consiste em calcular o índice de regularidade para os alunos ativos em 2014, segundo ano de ingresso. Observe-se que os dados da tabela 4 não devem ser interpretados como melhoria do índice de regularidade. Ao contrário, evidencia o efeito-tempo, pelo que resulta em índices de regularidade menores à medida que o ingresso se distancia do ano-base 2014. Por outro lado, podem ser realizadas análises comparativas para determinados anos - preferencialmente a partir de 2010 - de forma a compreender como a regularidade segundo campi ou centro.

Uma primeira hipótese é que cursos noturnos, dada a participação de alunos que conciliam os estudos com trabalho, teriam menor índice de regularidade quanto comparado com cursos matutino ou vespertino. Considerando os ingressantes em 2010 e que estavam ativos em 2014, observa-se que o índice de regularidade total para os cursos noturnos é de 0,59, enquanto que matutino é de 0,52 e vespertino, 0,56. No entanto, dentre os centros, o CCET apresentou índice de 0,48 no turno matutino, 0,52 no vespertino e 0,35 no noturno. Emposição oposta está o CCSA, com índices de 0,71, 0,58 e 0,64, respectivamente. Como se observa, o índice de regularidade é diferencial por curso e turno e não apenas por turno.

Outro argumento que pode ser avaliado é aquele que atribui às políticas de cotas o baixo rendimento dos alunos. Já foi demonstrado que não há diferença entre a MGP segundo cota de ingresso na UFS. Ocorre que a MGP tal como é calculada, considera apenas as notas das disciplinas nas quais o aluno logrou aprovação. Pois bem,

⁶ Cabe aqui mencionar o empenho do NTI em construir acesso remoto aos microdados discentes da UFS e promover solicitamente as alterações e melhorias das variáveis que integram o cadastro de alunos.

se o desempenho dos alunos cotistas - oriundos de escolas públicas ou pardos, negros e indígenas - for inferior ao daqueles que ingressaram através da ampla concorrência, o argumento acima pode ser admitido como verdadeiro.

Tabela 4 - Índice de regularidade de alunos ativos em 2014, por turno de estudo, segundo ano de ingresso

UNIDADE	TURNO MATUTINO							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CAMPUSAJU		0,49	0,21	0,48	0,67	0,80	0,76	0,69
CAMPUSITA	0,24	0,30	0,29	0,38	0,40	0,34	0,42	0,42
CAMPUSLAR		0,44	0,47	0,57	0,72	0,64	0,73	0,63
CCAA	0,30	0,42	0,53	0,48	0,53	0,51	0,44	0,38
CCBS	0,32	0,29	0,54	0,44	0,50	0,62	0,66	0,55
CCET	0,27	0,36	0,38	0,48	0,48	0,54	0,51	0,50
CCSA	0,39	0,51	0,60	0,62	0,71	0,76	0,78	0,65
CECH	0,25	0,31	0,30	0,34	0,45	0,56	0,66	0,60
Total	0,29	0,38	0,40	0,46	0,52	0,58	0,59	0,53
UNIDADE	TURNO VESPERTINO							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CAMPUSAJU	0,34	0,26	0,11	0,44	0,58	0,66	0,71	0,56
CAMPUSITA	0,22	0,37	0,43	0,43	0,60	0,75	0,61	0,54
CAMPUSLAR		0,35	0,41	0,55	0,57	0,67	0,53	0,49
CCAA		0,48	0,50	0,43	0,62	0,34	0,37	0,32
CCBS	0,37	0,30	0,36	0,44	0,61	0,67	0,57	0,59
CCET	0,31	0,31	0,38	0,42	0,52	0,52	0,50	0,40
CCSA	0,20	0,37	0,44	0,43	0,58	0,66	0,58	0,54
CECH	0,30	0,36	0,43	0,49	0,53	0,66	0,64	0,61
Total	0,29	0,34	0,41	0,44	0,56	0,62	0,57	0,51
UNIDADE	TURNO NOTURNO							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CAMPUSITA	0,37	0,41	0,45	0,54	0,70	0,68	0,66	0,64
CAMPUSLAR		0,33	0,33	0,43	0,43	0,47	0,45	0,52
CCBS	0,58	0,58	0,44	0,64	0,55	0,64	0,45	0,50
CCET	0,31	0,32	0,35	0,34	0,35	0,41	0,40	0,34
CCSA	0,35	0,39	0,44	0,56	0,64	0,70	0,68	0,61
CECH	0,39	0,33	0,44	0,54	0,61	0,63	0,67	0,62
Total	0,36	0,36	0,42	0,50	0,59	0,61	0,60	0,55
UNIDADE	INTEGRAL							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CAMPUSAJU		0,50	0,74	0,66	0,69	0,67	0,67	0,63
CAMPUSLAG						0,85	0,85	0,63
CCAA					0,53	0,71	0,75	0,65
Total		0,50	0,74	0,66	0,66	0,76	0,79	0,63

Fonte: PROPLAN/COPAC, 2014

Os dados da tabela 5 mostram que este argumento só pode ser aceito para os cursos matutinos e vespertinos. Neste caso, os alunos que ingressaram via ampla concorrência apresentam índice de regularidade consideravelmente superior aos das demais cotas. No entanto, no turno noturno, a partir de 2011, os ingressantes de escola pública, pardos, negros e indígenas (cota C) são os que apresentam maior índice de regularidade.

Tabela 5 - Índice de regularidade de alunos ativos em 2014, por cota de ingresso, segundo ano de ingresso

COTA*	TURNO MATUTINO			
	2010	2011	2012	2013
A - Todos os candidatos	0,64	0,66	0,67	0,59
B - Escola pública	0,49	0,54	0,54	0,55
C - Escola pública, pardos, negros e indígenas	0,54	0,55	0,54	0,59
D - Deficientes				0,58
Total	0,58	0,61	0,60	0,59
COTA*	TURNO VESPERTINO			
	2010	2011	2012	2013
A - Todos os candidatos	0,64	0,70	0,65	0,57
B - Escola pública	0,56	0,57	0,57	0,56
C - Escola pública, pardos, negros e indígenas	0,57	0,61	0,58	0,55
D - Deficientes				0,70
Total	0,60	0,65	0,61	0,56
COTA*	TURNO NOTURNO			
	2010	2011	2012	2013
A - Todos os candidatos	0,62	0,62	0,63	0,58
B - Escola pública	0,67	0,63	0,61	0,62
C - Escola pública, pardos, negros e indígenas	0,62	0,66	0,65	0,63
D - Deficientes				0,45
Total	0,63	0,64	0,64	0,60
COTA*	TURNO INTEGRAL			
	2010	2011	2012	2013
A - Todos os candidatos	0,74	0,78	0,82	0,66
B - Escola pública	0,55	0,74	0,75	0,57
C - Escola pública, pardos, negros e indígenas	0,59	0,76	0,76	0,62
D - Deficientes				0,42
Total	0,66	0,77	0,79	0,63

Fonte: PROPLAN/COPAC, 2014

* A classificação das cotas em 2013 foi compatibilizada pela definição vigente até 2012

Ressalte-se, no entanto, que aqui não se considera a regularidade dos alunos que evadiram ou trancaram. Para este caso, a técnica de análise mais adequada seria aquela que combinasse esses indicadores com a análise de sobrevivência. Este tema será tratado no próximo número do Radar, a ser lançado em janeiro de 2015.

2.1.2 Uso do Índice de eficiência em carga horária (IECH) para acompanhamento do desempenho dos alunos

O índice de eficiência em carga horária tem por objetivo mensurar a proporção de carga horária convertida em aprovação, em relação ao total de carga horária solicitada, conforme abaixo:

$$Iech = \frac{\sum_{i=1}^{Np} c_i}{\sum_{i=1}^{Nm} c_i} \quad (3)$$

Onde Np é o número de componentes curriculares nos quais o aluno logrou aprovação, Nm é o número de componentes curriculares nas quais o aluno obteve matrícula e c_i é a carga horária discente no i -ésimo componente curricular.

Como pode ser deduzido, esse índice mede o aproveitamento efetivo da carga horária solicitada. Pode inclusive ser utilizado juntamente com a MGP e Índice de regularidade para identificar aqueles casos em que o aluno não consegue aproveitar o total de carga horária concedida pela UFS e, em alguns casos, transforma-se em situação de reprovação contumaz.

Observe que o índice de regularidade mede a relação entre o total de créditos cursados e o que ainda deve ser cursado; já o índice de eficiência em carga horária diz respeito a que ele já cursou, ou seja, o sucesso em relação ao solicitado. No exemplo do tópico anterior, o índice de eficiência em carga horária seria de 1 ou 100%, uma vez que o aluno logrou êxito no total de créditos solicitados.

A relação entre o índice de eficiência e índice de regularidade é intrínseca, ou seja, quanto menor o índice de eficiência na carga horária, maior o índice de regularidade. Assim é que os dados da tabela 6 confirmam que, no agregado, os alunos do turno noturno apresentam maior eficiência na carga horária comparativamente aos alunos do período diurno. Da mesma forma, os cursos da área da saúde tendem a apresentar maior eficiência e regularidade.

Tabela 6 - Índice de eficiência em carga horária de alunos ativos em 2014, por turno de estudo, segundo ano de ingresso

UNIDADE	TURNO MATUTINO							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CAMPUSAJU		0,57	0,39	0,62	0,66	0,73	0,65	0,57
CAMPUSITA	0,32	0,33	0,37	0,41	0,39	0,39	0,36	0,31
CAMPUSLAR		0,57	0,56	0,64	0,75	0,64	0,62	0,49
CCAA	0,38	0,53	0,58	0,50	0,51	0,46	0,39	0,32
CCBS	0,38	0,41	0,68	0,55	0,57	0,60	0,58	0,47
CCET	0,34	0,40	0,39	0,48	0,47	0,48	0,43	0,40
CCSA	0,41	0,59	0,59	0,59	0,65	0,64	0,61	0,47
CECH	0,47	0,51	0,46	0,48	0,57	0,56	0,60	0,52
Total	0,39	0,48	0,47	0,51	0,54	0,54	0,51	0,43
UNIDADE	TURNO VESPERTINO							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CAMPUSAJU	0,49	0,28	0,21	0,63	0,63	0,64	0,61	0,47
CAMPUSITA	0,35	0,48	0,52	0,50	0,58	0,65	0,52	0,40
CAMPUSLAR		0,50	0,46	0,62	0,63	0,59	0,49	0,44
CCAA		0,49	0,55	0,43	0,59	0,34	0,32	0,30
CCBS	0,47	0,40	0,50	0,57	0,60	0,61	0,50	0,45
CCET	0,42	0,37	0,42	0,43	0,51	0,47	0,42	0,35
CCSA	0,39	0,44	0,53	0,49	0,61	0,63	0,51	0,47
CECH	0,36	0,50	0,55	0,58	0,60	0,64	0,59	0,51
Total	0,41	0,42	0,49	0,50	0,58	0,58	0,50	0,42
UNIDADE	TURNO NOTURNO							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CAMPUSITA	0,47	0,51	0,52	0,57	0,67	0,63	0,56	0,49
CAMPUSLAR		0,48	0,60	0,57	0,57	0,55	0,47	0,49
CCBS	0,79	0,58	0,41	0,57	0,54	0,57	0,41	0,49
CCET	0,39	0,39	0,42	0,38	0,40	0,43	0,35	0,34
CCSA	0,40	0,48	0,48	0,58	0,65	0,64	0,59	0,52
CECH	0,52	0,48	0,55	0,64	0,66	0,61	0,63	0,53
Total	0,45	0,46	0,50	0,54	0,61	0,58	0,54	0,48
UNIDADE	INTEGRAL							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CAMPUSAJU		0,57	0,90	0,89	0,81	0,76	0,70	0,57
CAMPUSLAG						0,52	0,42	0,15
CCAA					0,62	0,68	0,68	0,54
Total		0,57	0,90	0,89	0,77	0,63	0,53	0,30

Fonte: PROPLAN/COPAC, 2014

Os dados da tabela 7, com os índices de eficiência por turno segundo cota também indicam que os ingressantes através da cota C - Escola pública, pardos, negros e indígenas, em cursos noturnos - apresentam maior eficiência que os ingressantes através da ampla concorrência. Observe-se também a maior eficiência no turno noturno é superior inclusive ao curso matutino e, também, no matutino de ampla concorrência.

Tabela 7 - Índice de eficiência em carga horária de alunos ativos em 2014, por cota de ingresso, segundo ano de ingresso

COTA*	TURNO MATUTINO			
	2010	2011	2012	2013
A - Todos os candidatos	0,59	0,59	0,55	0,45
B - Escola pública	0,48	0,48	0,46	0,42
C - Escola pública, pardos, negros e indígenas	0,53	0,50	0,45	0,44
D - Deficientes				0,43
Total	0,55	0,55	0,50	0,44
COTA*	TURNO VESPERTINO			
	2010	2011	2012	2013
A - Todos os candidatos	0,61	0,62	0,53	0,42
B - Escola pública	0,55	0,53	0,48	0,42
C - Escola pública, pardos, negros e indígenas	0,56	0,55	0,48	0,42
D - Deficientes				0,53
Total	0,58	0,58	0,51	0,42
COTA*	TURNO NOTURNO			
	2010	2011	2012	2013
A - Todos os candidatos	0,60	0,58	0,55	0,47
B - Escola pública	0,64	0,57	0,54	0,50
C - Escola pública, pardos, negros e indígenas	0,61	0,61	0,56	0,49
D - Deficientes				0,40
Total	0,61	0,59	0,55	0,48
COTA*	TURNO INTEGRAL			
	2010	2011	2012	2013
A - Todos os candidatos	0,84	0,65	0,55	0,31
B - Escola pública	0,72	0,62	0,48	0,29
C - Escola pública, pardos, negros e indígenas	0,69	0,61	0,50	0,28
D - Deficientes				0,13
Total	0,77	0,63	0,52	0,30

Fonte: PROPLAN/COPAC, 2014

* A classificação das cotas em 2013 foi compatibilizada pela definição vigente até 2012

Conforme já dito, em que pesem as informações agregadas permitirem desenhar um panorama sobre o rendimento acadêmico, há que serem realizadas análises que considerem as peculiaridades dos cursos e com o objetivo principal de auxiliá-las políticas institucionais voltadas ao aumento do número de egressos.

3 AS CONTRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE PARA O DESEMPENHO ACADÊMICO NA UFS

As atividades dos Núcleos Docentes Estruturantes foram definidas pela Resolução CONAES N° 1, de 17 de junho de 2010⁷ que, no Art. 1º, estabelece que

"O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de **acompanhamento**, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso" (CONAES, 2010 - grifo nosso).

Na UFS, as atividades do NDE foram instituídas pela Resolução N° 115/2010/CONEPE⁸, de 22 de novembro de 2010, instituindo, no Artigo 1º, o NDE em cada curso de graduação. Em consonância com a Resolução Conaes, os NDE devem também zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

De fato, o NDE deve ser "um elemento diferenciador da qualidade do curso, no que diz respeito à interseção entre as dimensões do corpo docente e o projeto pedagógico do curso" (Parecer CONAES n. 4, 2010)⁹. Nesse sentido, as atribuições acadêmicas de acompanhamento a serem exercidas pelo NDE podem incluir o exame sistemático dos indicadores, como os aqui apresentados, e que serão enviados periodicamente pela COPAC aos Centros e Departamentos da UFS.

Tais indicadores e estatísticas mais genéricas devem fundamentar as ações do NDE, em consonância com os colegiados de curso e à luz dos planos pedagógicos de curso, na tarefa de orientação aos discentes quanto às estratégias de escolha e dimensionamento do número de disciplinas a serem solicitadas e cursadas. Nessa interação entre docentes e alunos, o núcleo pode também aprimorar seus conhecimentos sobre as necessidades e características do mercado de trabalho, identificação de ações de extensão e pesquisa com potencial de desenvolvimento no âmbito departamental, conforme determina a Resolução Conaes.

Os indicadores aqui apresentados evidenciam a premência de algumas ações que devem envolver não apenas o NDE, mas o colegiado de curso, quais sejam:

a) Com base nos indicadores que serão enviados pela COPAC aos departamentos, identificar os alunos que se aproximam do tempo máximo para conclusão do curso, avaliar a situação do aluno quanto aos créditos a serem cursados e orientá-los de forma a cumprir efetivamente o prazo de integralização. Nesta orientação devem conter informações sobre a necessidade de cumprir o prazo legal de integralização, de acordo com o projeto pedagógico do curso.

⁷ Acessado de

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15712&Itemid=1093>, em 20 de novembro de 2014.

⁸ Acessado de < https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf> em 20 de novembro de 2014.

b) Convocar os alunos que ultrapassaram o limite temporal de conclusão e promover ações para que integralizem o mais rápido possível, de acordo com as determinações do projeto pedagógico do curso;

c) Avaliar a situação dos alunos que possuam média zero e mantenham vínculo com a UFS há mais de 3 semestres;

d) Orientar, oferecer auxílio pedagógico e monitorar os alunos que possuem baixo índice de regularidade e baixa eficiência da carga horária, uma vez que estes são potenciais candidatos tanto à evasão quanto à reprovação contumaz;

e) Manter permanente observância do projeto pedagógico do curso e promover as adequações e aprimoramento necessários aos planos de curso, visando aproximar o conteúdo programático ao mercado de trabalho e às necessidades sociais do aluno e da comunidade;

d) Desenvolver ações de extensão envolvendo os alunos que com baixo desempenho acadêmico e buscar incentivar a permanência eficiente na UFS.

As ações acima sugeridas, ao prevenir e combater a inobservância das regras apresentadas pelos respectivos cursos e formalizadas junto ao MEC, resultam em contribuições significativas para a melhoria do desempenho discente, do departamento e da UFS. O aumento do número de concluintes, a erradicação dos casos em que o aluno ultrapassa o período máximo de conclusão, bem como o melhor aproveitamento da carga horária solicitada, permitirão que mais candidatos ingressem na UFS e que tenham acesso ao ensino público de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório tratou resumidamente de alguns aspectos relacionados com o desempenho acadêmico, mostrando a necessidade de atuações do NDE coordenadas pelos departamentos, centros e as demais instâncias envolvidas no planejamento e administração acadêmica.

As mudanças ocorridas no transcurso da última década em toda a vida da UFS, mas principalmente no corpo discente, passa a exigir ações mais efetivas e sempre baseadas nas normas que regem o ensino superior no País.

A busca pela eficiência pode se tornar uma abstração se as ambições forem maiores que a capacidade de execução. Ao mesmo tempo, quanto maior o desafio, menores devem ser os passos iniciais. Os dados aqui apresentados deixam clara a necessidade de corrigir as distorções relacionadas ao tempo de permanência do aluno na UFS. Torna-se cada vez mais difícil justificar a permanência de alunos *ad infinitum* nos bancos acadêmicos, não é defensável perante os órgãos de controle, nem perante a sociedade, que se mantenham alunos ativos e cujo vínculo com a UFS ultrapasse 10, 20 ou 30 anos. Esses alunos devem ser acompanhados e orientados de tal forma que consiga concluir seus respectivos cursos e, na condição de egresso, retribua à sociedade o que tanto lhe foi concedido.